

**DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E INFÂNCIAS INTERSECCIONAIS:
desafios e tensões da inclusão na Educação Infantil em pesquisas brasileiras (2014-2024)**

Jaqueline Alice Schroeder¹
Raquel Frohlich²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de um levantamento sistemático realizado em uma pesquisa de doutorado que investigou a produção acadêmica brasileira sobre documentação pedagógica na Educação Infantil, considerando suas articulações com inclusão e interseccionalidade. O estudo abrangeu trabalhos publicados entre 2014 e 2024, período posterior à Lei 12.796/2013, a partir de buscas nas bases BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, OasisBR e DOAJ, utilizando operadores booleanos e critérios de seleção previamente definidos. As pesquisas foram organizadas conforme a combinação dos descritores Educação Infantil, documentação pedagógica, inclusão e interseccionalidade. Da análise emergiram três categorias: (1) a documentação pedagógica enquanto abordagem para inclusão na Educação Infantil; (2) as narrativas produzidas na documentação pedagógica e os seus efeitos nos processos de inclusão; (3) invisibilidade da interseccionalidade nas pesquisas do campo. A primeira ressalta o potencial reflexivo e formativo da documentação pedagógica na qualificação do trabalho docente numa perspectiva inclusiva. A segunda discute processos de normalização presentes nas narrativas sobre crianças com deficiência. A terceira apresenta a ausência de abordagens interseccionais no campo. Por fim, evidenciou-se que embora a área esteja em expansão, permanece marcada por silenciamentos: poucos estudos articulam simultaneamente Educação Infantil, inclusão e documentação pedagógica, e há escassa problematização sobre como marcadores sociais atravessam as infâncias e configuram as narrativas docentes, reforçando práticas alinhadas a racionalidades neoliberais. Conclui-se pela necessidade de ampliar os referenciais teórico-metodológicos do campo, aproximando-o de perspectivas interseccionais e reconhecendo a documentação pedagógica como prática política e espaço de disputa e resistência.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Documentação Pedagógica

**PEDAGOGICAL DOCUMENTATION AND INTERSECTIONAL CHILDHOODS:
challenges and tensions in inclusion within brazilian early Childhood Education
research (2014-2024)**

Abstract: This article presents the results of a systematic review conducted as part of a doctoral research project that investigated Brazilian academic production on pedagogical documentation in early childhood education, considering the articulation with inclusion and intersectionality. The study encompassed works published between 2014 and 2024—after the enactment of Law 12.796/2013—based on searches in the BDTD, the CAPES Theses and Dissertations Catalog, OasisBR, and DOAJ,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, na linha de pesquisa: Currículo, Diferença e Educação Inclusiva. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade da Região de Joinville (2007) e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil e Séries Iniciais - Ênfase em Educação Especial pela Faculdade Dom Bosco (2009). E-mail: jaqueline.schroeder@prof.pmf.sc.gov.br.

² Doutora em Educação (2018) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Mestre em Educação (2010) pela Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC. Graduada em Pedagogia - Habilitação em Educação Especial (1999) pela UNISC. Professora efetiva do Departamento de Pedagogia no Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED e do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, UDESC. E-mail: raquel.frohlich@udesc.br.

using Boolean operators and previously defined selection criteria. The studies were organized according to the combination of the descriptors early childhood education, pedagogical documentation, inclusion, and intersectionality. Three categories emerged from the analysis: (1) pedagogical documentation as a form to inclusion in early childhood education; (2) the narratives produced in pedagogical documentation and their effects on inclusion processes; and (3) the invisibility of intersectionality in the field's research. The first category highlights the reflective and formative potential of pedagogical documentation in enhancing teaching practices from an inclusive perspective. The second discusses normalization processes present in narratives about children with disabilities. The third points to the lack of intersectional approaches in the field. Finally, the study shows that although research in this area is expanding, it continues to be marked by silences: few studies articulate early childhood education, inclusion, and pedagogical documentation simultaneously, and there is limited problematization of how social markers shape childhoods and inform teachers' narratives, reinforcing practices aligned with neoliberal rationalities. The study concludes by underscoring the need to broaden the field's theoretical and methodological frameworks, bringing it closer to intersectional perspectives and recognizing pedagogical documentation as a political practice and a site of dispute and resistance.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive Education. Pedagogical Documentation.

DOCUMENTACIÓN PEDAGÓGICA E INFANCIAS INTERSECCIONALES: desafíos y tensiones de la inclusión en la Educación Infantil en investigaciones brasileñas (2014-2024)

Resumen: Este artículo presenta los resultados de un relevamiento sistemático, realizado en el marco de una investigación doctoral, que indagó la producción académica brasileña sobre documentación pedagógica en la educación infantil, considerando sus articulaciones con la inclusión y la interseccionalidad. El estudio abarcó trabajos publicados entre 2014 y 2024 —período posterior a la promulgación de la Ley n.º 12.796/2013—, a partir de búsquedas en las bases BDTD, Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, OasisBR y DOAJ, empleando operadores booleanos y criterios de selección previamente definidos. Las investigaciones fueron organizadas según la combinación de los descriptores: educación infantil, documentación pedagógica, inclusión e interseccionalidad. Del análisis surgieron tres categorías: (1) la documentación pedagógica como enfoque para la inclusión en la educación infantil; (2) las narrativas producidas en la documentación pedagógica y sus efectos en los procesos de inclusión; y (3) la invisibilidad de la interseccionalidad en las investigaciones del campo. La primera categoría resalta el potencial reflexivo y formativo de la documentación pedagógica en la cualificación del trabajo docente desde una perspectiva inclusiva. La segunda discute los procesos de normalización presentes en las narrativas sobre niños y niñas con discapacidad. La tercera evidencia la ausencia de enfoques interseccionales en el campo. Finalmente, se constató que, aunque el área se encuentra en expansión, sigue marcada por silenciamientos: pocos estudios articulan simultáneamente educación infantil, inclusión y documentación pedagógica, y existe una escasa problematización acerca de cómo los marcadores sociales atraviesan las infancias y configuran las narrativas docentes, reforzando prácticas alineadas con racionalidades neoliberales. Se concluye sobre la necesidad de ampliar los marcos teórico-metodológicos del campo, aproximándolo a perspectivas interseccionales y reconociendo la documentación pedagógica como una práctica política y un espacio de disputa y resistencia.

Palavras chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Documentação Pedagógica.

Infâncias em disputa: políticas, práticas e pesquisas

Nas últimas décadas, a Educação Infantil brasileira tem sido atravessada por disputas intensas em torno de suas finalidades, políticas e práticas pedagógicas. De um lado, reconhecem-se avanços normativos e conceituais que consolidam as crianças enquanto sujeitos de cultura, produtores de saberes e protagonistas de seus processos de aprendizagem, como também as infâncias em sua pluralidade se contrapondo a concepções universalizantes. Afinal, “no interior de um mesmo país há diversas crianças em infâncias, a criança da Aldeia Guarani é diferente da criança do Itaim Bibi de São Paulo, que é diferente da criança do Complexo do Alemão” (Abramowicz; Moruzzi, 2010, p. 9), visto que, a instituição de um “modelo de infância” se sustenta no apagamento de realidades diversas. Sob essa perspectiva, compreendemos que falar em infâncias³ implica reconhecer a diversidade das experiências infantis, atravessadas por marcadores sociais como classe, gênero, raça/etnia, território e deficiência.

De outro, assistimos à intensificação de políticas neoliberais que produzem novos modos de gestão da educação pública, reconfigurando o trabalho docente e ressignificando o próprio papel das Instituições Educativas na vida das crianças. Nessa conjuntura, a Educação Infantil — especialmente aquela ofertada em redes públicas municipais — torna-se campo estratégico de disputa entre projetos de sociedade, de formação humana e de infâncias.

Nesta trama, a documentação pedagógica – cuja terminologia chegou ao Brasil a partir da divulgação de bibliografia relacionada à experiência italiana para a Educação Infantil, com destaque para a cidade de Reggio Emilia – insere-se em uma proposta pedagógica mais ampla que considera a importância da escuta e da observação e percebe as crianças como sujeitos competentes e portadores de “cem linguagens” (Malaguzzi, 1999). Ao mesmo tempo, no campo acadêmico busca-se compreender o sentido e as potencialidades dessa prática. Entretanto, tais produções nem sempre consideram os atravessamentos políticos e epistemológicos que configuram a documentação pedagógica como dispositivo de poder/saber.

³ O uso do termo infâncias, no plural, cunhado pela Sociologia da Infância, expressa um posicionamento teórico e epistemológico que tensiona concepções homogeneizantes de infância. Como afirma Sarmento (2005, p. 370), “as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero e a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças”.

Nesse contexto de disputas e tensionamentos, o aumento de matrículas das crianças público da educação especial⁴ na Educação Infantil nos faz indagar possíveis efeitos na elaboração da documentação pedagógica e nos instiga a pensar o que esta pode nos dizer com e/ou sobre estas crianças e infâncias em suas experiências nestes espaços educativos. Afinal, na modernidade, segundo Kohan (2011), a escola se configura como o espaço institucional onde saberes e poderes se inscrevem de modo particularmente sistemático e rigoroso nos corpos das crianças e de seus professores. Inspirado em Foucault, o autor argumenta que a escola passa a constituir um lugar de elaboração da pedagogia, produzindo efeitos como a impossibilidade de pensar a criança dissociada da figura do aluno.

Ademais, é imprescindível salientar que ao se analisar os processos de inclusão deve-se considerar o atravessamento dos diferentes marcadores sociais, afinal, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas de opressão constituídas em nossa sociedade. Neste sentido, as análises de Crenshaw (1989) e Collins (2017; 2022) contribuem para compreendermos que a interseccionalidade não se limita à soma de marcadores sociais; trata-se de uma ferramenta analítica e política que evidencia como as opressões se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Portanto, no campo da Educação Infantil, sua ausência implica a produção de um olhar que naturaliza desigualdades, invisibiliza corpos e apaga experiências, ou seja, o discurso da inclusão, quando destituído dessa complexidade, tende a reproduzir a lógica da homogeneização, convertendo a diferença em desvio.

A partir dessas ponderações iniciais, evidencia-se a necessidade de realização de pesquisas que ultrapassem a dimensão quantitativa e problematizem os sentidos atribuídos à documentação pedagógica, assim como as narrativas produzidas e os seus efeitos nos processos de inclusão na Educação Infantil. Por conseguinte, este artigo, derivado de uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como objetivo investigar a produção acadêmica brasileira sobre documentação pedagógica na Educação Infantil, considerando a articulação entre inclusão e interseccionalidade. A partir disso, ao mapear pesquisas que mobilizam — ou silenciam — esta articulação, o presente estudo pretende evidenciar lacunas e não-ditos que atravessam a

⁴ De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e com o art. 58 da Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), o público da educação especial é constituído por estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

produção acadêmica, como também, busca organizar os achados de modo a indicar as recorrências apresentadas nas pesquisas elegidas com o intuito de articular e aprofundar tais discussões.

Em tempo, vale explicitar que não se almeja indicar possíveis “soluções” no que tange à elaboração da documentação pedagógica, ou ainda, defender o “melhor caminho” para que a efetivação de uma educação inclusiva, mas elaborar um panorama que possa indicar outros (des)caminhos e olhares que constituem o entendimento da relação entre a documentação pedagógica e a sua articulação entre inclusão e interseccionalidade. Afinal, em um contexto marcado pelo avanço de racionalidades neoliberais, que tendem a instrumentalizar e burocratizar o ato de registrar para fins de performatividade e prestação de contas, torna-se fundamental indagar quais infâncias são tornadas visíveis e quais permanecem à margem.

A próxima seção apresenta a metodologia utilizada, justificando a escolha pelo mapeamento sistemático da literatura e detalhando os critérios de seleção, os descritores adotados, os bancos de dados consultados e o recorte temporal definido. Na sequência, apresentam-se os dados coletados que são analisados a partir de recorrências e organizados em categorias que indicam agrupamentos temáticos das pesquisas encontradas. Por fim, o texto apresenta reflexões que possibilitam indicar outros desdobramentos de pesquisas no campo da Educação Infantil e que articule inclusão e interseccionalidade na documentação pedagógica, como novas possibilidades de ver, narrar e documentar as infâncias.

Caminhos e gestos de pesquisa: metodologia

O levantamento sistemático que fundamenta este artigo foi concebido como um movimento de leitura e de escrita sobre o campo da Educação Infantil, e não apenas como um método de busca e quantificação de dados. Como argumentam Romanowski e Ens (2006), levantamentos sistemáticos e estudos do tipo estado da arte são essenciais para mapear a produção de um campo, identificar tendências, lacunas e silenciamentos, além de orientar agendas futuras de pesquisa. Compreende-se que todo procedimento de pesquisa implica um gesto de ver e de dizer, atravessado por escolhas, recortes e silenciamentos. Assim, mapear a produção científica tornou-se também uma forma de interrogar os modos de produção de verdade que vêm constituindo os discursos sobre as infâncias, a inclusão e a documentação

pedagógica no Brasil contemporâneo.

Desse modo, a investigação que deu origem a este texto consistiu em um levantamento sistemático da produção acadêmica brasileira sobre a documentação pedagógica na Educação Infantil considerando suas articulações com a inclusão e a interseccionalidade, no período de 2014 a 2024. As buscas foram realizadas entre janeiro e março de 2024 nas bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, OasisBR e Directory of Open Access Journals (DOAJ), considerando produções publicadas entre 2014 e 2024. O recorte temporal não foi aleatório: a promulgação da Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013), em articulação com a Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009) tornou obrigatória a matrícula a partir dos quatro anos de idade e, portanto, impactou diretamente o acesso das crianças à primeira etapa da educação básica, representando um nas políticas públicas para a Educação Infantil, impulsionando novas discussões sobre inclusão e qualidade educativa.

O processo de levantamento teve início com a definição dos descritores e assuntos que estruturam este estudo: (1) Educação Infantil OR educação da primeira infância OR educação pré-escolar OR child education OR early childhood education; (2) inclusão OR educação inclusiva OR inclusion; (3) documentação pedagógica OR pedagogical documentation. A escolha desses termos refletiu a intenção de compreender como o campo tem articulado — ou desarticulado — as relações entre práticas de documentação e os processos de inclusão.

A aplicação dos operadores booleanos AND e OR resultou em um volume inicial expressivo de produções totalizando nas bases consultadas, ou seja, cinquenta e uma teses, 237 dissertações e 147 artigos. Entretanto, à medida que se realizavam as leituras de títulos e resumos, verificou-se que a maioria das pesquisas aborda apenas um ou dois dos temas propostos, sem estabelecer articulação entre eles. Por esse motivo, optou-se por refinar a busca, articulando simultaneamente os três descritores — Educação Infantil, inclusão e documentação pedagógica — de modo a identificar produções que realmente se aproximassem da problemática investigada. Após a triagem e a leitura dos resumos, foram selecionadas onze publicações que compuseram o primeiro conjunto analítico: uma tese, três dissertações e sete artigos.

A etapa seguinte do levantamento buscou tensionar ainda mais o campo, ampliando os

descritores utilizados nas buscas. Com o intuito de identificar produções que articulassem simultaneamente as dimensões de gênero, raça, classe e deficiência e compreendendo a interseccionalidade não apenas como descritor, mas como ferramenta analítica e política definiu-se a interseccionalidade como o 4º assunto da investigação. Mantendo as bases de dados e o recorte temporal de 2014 a 2024, realizou-se a combinação entre os assuntos 1, 2 e 4 mediante o operador booleano AND, preservando os critérios metodológicos já estabelecidos.

Os resultados, porém, evidenciaram um cenário contundente. A escassez de pesquisas foi imediatamente perceptível: entre as centenas de produções inicialmente recuperadas, apenas três dissertações e nove artigos articulavam, ainda que de formas distintas, Educação Infantil, inclusão e interseccionalidade. Após a leitura e análise e com base nos critérios de descarte (ausência de articulação entre os assuntos e duplicidades), foram selecionadas quatro produções, sendo duas dissertações e dois artigos.

Na sequência, apresentamos um quadro em ordem cronológica das publicações com as quinze produções elegidas para compor a análise.

Quadro 1 – Pesquisas elegidas

	Título	Autor (a)	Banco de Dados	Tipologia / Ano / Repositório
1	Entre palavras e vida: uma leitura sobre documentação pedagógica e narrativa no contexto da educação infantil inclusiva	Luciane Pandini Simiano Carla K. Vasques	OASIS BR	Artigo/ 2015 UFRGS
2	O direito das crianças à educação infantil	Anete Abramowicz	OASIS BR	Artigo / 2016 UNICAMP
3	Palavras em torno do vazio: a documentação pedagógica como percurso narrativo no contexto da educação infantil inclusiva	Luciane Pandini Simiano e Carla K. Vasques	OASIS BR	Artigo / 2017 UFRGS
4	Primeira Infância e situações de deficiência: elementos para uma análise do (não) direito à educação	Cleber Nelson de Oliveira Silva	BDTD	Dissertação / 2018 USP
5	A produção da infância e da criança: um cirandar pelos pareceres pedagógicos na educação infantil	Taciana Uecker	BDTD	Dissertação / 2019 UFSM
6	Por uma educação infantil mais inclusiva: a documentação pedagógica como abordagem para a educação de todas as crianças	Mariane Falco	BDTD	Tese / 2020 USP
7	A documentação pedagógica em um percurso formativo na educação infantil: marcas de um percurso de encontro com o outro	Guimarães, Simiano, Charczuk,	OASIS BR	Artigo / 2021 UFRGS

	Título	Autor (a)	Banco de Dados	Tipologia / Ano / Repositório
8	Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault	Bruna Carla de Carvalho Amaral	BDTD	Dissertação / 2021 UNESP
9	Os desafios da mediação pedagógica na educação infantil em uma perspectiva de educação inclusiva interseccional	Vanda Ivanir dos Santos	CAPES	Dissertação / 2022 UDESC
10	Infância(s), crianças e interseccionalidade: análise da produção acadêmica brasileira na área de educação infantil	Ana Caroline Irineu	BDTD	Dissertação / 2022 UFPR
11	Infância e deficiência: notas sobre um não-lugar na produção acadêmica	Shirley Silva, Cleber Nelson de Oliveira Silva	OASIS BR	Artigo / 2022 UFSC
12	A documentação pedagógica como ferramenta para dar visibilidade à criança que existe no sujeito-infantil tido como anormal na educação infantil	Circe Mara Marques; Vera Lúcia Simão; Marlene Zwierewicz	DOAJ	Artigo / 2022 UFMS
13	Educação Especial, Educação Infantil, Perspectivas da Inclusão: Reflexões e possibilidades	Elisangela Mitiko Higa Kubota Mackawa	BDTD	Dissertação / 2023 UFMS
14	Documentação pedagógica: possíveis caminhos e desafios à democratização das práticas avaliativas e docentes na educação infantil	Araújo dos Reis, Darianny Araújo dos Reis ; Maltez, Lucas Lima	DOAJ	Artigo / 2023 UFSC
15	O registro e a perspectiva inclusiva: olhares e concepções na educação infantil	Mariane Falco	DOAJ	Artigo / 2023 UFSC

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Após a apresentação do processo metodológico que delineou a escolha das pesquisas a serem analisadas, na sequência, abordam-se os caminhos analíticos, a configuração das categorias e as discussões suscitadas.

Vale ressaltar que as categorias analíticas foram construídas a partir das discussões e recorrências identificadas no corpus da pesquisa, por meio do mapeamento dos termos associados aos descritores selecionados, bem como da análise de suas recorrências e significados. Esse processo possibilitou a atribuição de sentido à elaboração das categorias, permitindo apreender regularidades, tensões e considerar as relações estabelecidas entre os conceitos mobilizados e os objetivos do estudo.

Análises e discussões

No processo de leitura integral e análise das quinze produções selecionadas, com o objetivo de reunir e articular as principais problematizações e discussões suscitadas por essas pesquisas, emergiram da análise de suas recorrências e significados atribuídos, três categorias analíticas: (1) a documentação pedagógica enquanto abordagem para a inclusão na Educação Infantil; (2) as narrativas produzidas na documentação pedagógica e seus efeitos em processos de inclusão e (3) a invisibilidade da interseccionalidade nas pesquisas do campo.

Em tempo, salientamos que a elaboração destas categorias não pretende isolar as pesquisas, mas busca reunir e articular as principais indagações, análises e achados destas produções para o campo, desse modo, não foram concebidas como classificações estanques, mas como linhas de leitura, capazes de reunir problematizações recorrentes e tensionamentos presentes nas produções analisadas. Dito isto, no que se refere a 1ª categoria encontramos nas produções a seguir importantes contribuições.

As pesquisas aqui apresentadas discorrem sobre a documentação pedagógica a partir de concepções que enfatizam os seus princípios democráticos e éticos, como também, situam a chegada do referencial italiano e sua ampla divulgação no Brasil. Dessa maneira, os autores Reis e Maltez (2023) sinalizam que estudos recentes sobre documentação pedagógica, especialmente aqueles influenciados pela experiência italiana, têm associado essa prática a processos como pesquisa, avaliação, memória, produção de narrativas, reflexão e visibilidade da aprendizagem. Segundo as autoras, essas interpretações destacam o caráter autoral, criativo e formativo da documentação.

Na referida pesquisa, os autores Reis e Maltez (2023) apresentaram a documentação pedagógica como uma estratégia e dinâmica educativa democrática, participativa e inclusiva. Portanto, sugerem que possíveis mudanças nas avaliações das crianças na Educação Infantil têm na documentação pedagógica um apoio significativo para a transformação da cultura avaliativa e das práticas educativas já estabelecidas. Os autores enfatizam que “a documentação pedagógica não se restringe aos registros. Consiste num caminho de reflexão, de comunicação sobre a experiência educativa das crianças” (Reis; Maltez, 2023, p. 624) configurando-se como um apoio fundamental para este processo reflexivo da professora, aproximando-a da complexidade de cada criança, suas formas de sentir, pensar e narrar.

Na mesma esteira de discussão, Falco (2023) discorre sobre a potencialidade reflexiva da documentação pedagógica ao afirmar que o portfólio reúne suas observações sobre a turma, a professora evidencia a participação de todas as crianças. A autora destaca que, ao brincar e conviver entre pares apesar das diferenças, essas crianças têm seu potencial reconhecido e sua pertença ao grupo social tornada visível. A potencialidade inclusiva da documentação pedagógica é destacada por Falco (2023), pois a autora indica que na articulação e ação reflexiva diante de variados registros a criança “passa a ser vista de outra forma pelas pessoas de seu convívio pessoal a partir do que está documentado: o registro valida as diferentes formas de aprendizagem e de ser/estar no mundo.” (Falco, 2023, p. 939).

Simiano e Vasques (2015) corroboram essa discussão quando sugerem que compreender a documentação como narrativa implica adentrar um território marcado pela estranheza, pela incerteza e pelo fascínio. Para estas autoras, essa perspectiva convida a deslocar o olhar e adotar uma lógica que reconheça a criança pequena e sua deficiência não como incapacidade ou falta, mas como força, potência e possibilidade. Nessa perspectiva, a pesquisa afirma que a documentação pedagógica contribui para os processos de inclusão por se constituir de sistemáticas observações e registros variados realizados por longos períodos, favorecendo assim, por meio desta aproximação com os sujeitos das infâncias, a compreensão de como cada criança se apropria do mundo e estabelece suas relações.

Guimarães, Simiano e Charczuk (2021) contribuem para essas discussões ao apontarem que a documentação pedagógica, ao convidar o professor narrar e assumir autoria sobre sua experiência, favorece deslocamentos nas formas de compreender as possibilidades de acolhimento e reconhecimento do outro na Educação Infantil.

Adensando tais discussões, Falco (2023) ao analisar a elaboração dos registros e o seu entrelaçamento aos demais documentos como os pareceres avaliativos e os planejamentos, a partir de uma perspectiva inclusiva, isto é, que viabilize a participação de todas as crianças do grupo, identificou que os profissionais entrevistados expressavam posições conflitantes: enquanto alguns entendiam a participação por meio do mesmo exercício reflexivo que orientava o trabalho pedagógico com todas as crianças, outros atribuíam maior relevância aos registros produzidos a partir da observação realizada por diferentes profissionais.

A referida autora segue problematizando que embora “esses relatos explicitem que seja

previsto um olhar colaborativo, o planejamento parece concentrar-se na ação dos professores do atendimento especializado” (Falco, 2023, p. 934). Logo, a pesquisa evidenciou que há um fortalecimento do atendimento educacional especializado, incorrendo inclusive em “transferência da responsabilidade pedagógica para um profissional da saúde” (Falco, 2023, p. 934).

Sendo assim, Falco (2023) destaca que a legislação tenha influência nesse processo, pois se observou mais contrassensos referente ao planejamento para a inclusão de todas as crianças – há destaque na legislação para o “plano especializado” – do que para a elaboração de portfólios e relatórios. A autora afirma esta influência legal, pois verificou que não há ocorrência do termo registro nas diretrizes nacionais na modalidade da educação especial, assim como, na legislação nacional. A autora destaca que, conforme a LDB (BRASIL, 1996) o planejamento e a avaliação são responsabilidades dos docentes em todas as etapas da educação e no contexto da educação especial na perspectiva inclusiva, essa atribuição envolve o protagonismo tanto dos professores da sala de referência quanto dos profissionais do atendimento educacional especializado, sendo destes a incumbência de elaborar o denominado “plano especializado”.

Aprofundando estas problematizações a partir dos relatos das professoras entrevistadas, Falco (2023) considera que, no contexto pesquisado, é notável a ocorrência desse modelo de planejamento, ao se centrar na deficiência e em recursos ou estratégias considerados adequados, produz uma imagem de criança que não escolhe e não pode ser protagonista de sua própria história, o que acaba esvaziando o sentido dos registros realizados pelas professoras da sala de referência.

Falco (2023) ainda identificou que, quanto mais sólida a concepção de educação dos participantes da pesquisa, maior era a consciência demonstrada sobre a função do registro. A autora observa que diferentes modos de olhar para essa prática revelam fragilidades, expressas em aspectos como a crença excessiva na competência do atendimento especializado — ou de profissionais da saúde — em detrimento do protagonismo da professora da sala de referência; a falta de sistematização do trabalho colaborativo; a substituição da reflexão pedagógica pela aplicação de técnicas, o que pode levar à medicalização do contexto educativo; e a ausência de questionamento sobre a intencionalidade que orienta a produção dos registros.

Por fim, em articulação às contribuições das pesquisas apresentadas, as autoras

Marques, Simão e Zwierewicz (2022) ao abordarem a documentação pedagógica em seu potencial inclusivo sinalizam, portanto, a necessidade imprescindível dos docentes despirem-se de concepções universais da infância e conhecer a singularidade de cada uma delas. Marques, Simão e Zwierewicz (2022) defendem a necessidade de revisitar os registros em uma perspectiva de olhar *com* o outro, aprendendo coletivamente a enxergar, para além do óbvio e do familiar, aquilo que está nas entrelinhas dos processos inclusivos. As autoras argumentam que é necessário investir na produção de novos discursos sobre inclusão, comprometidos com a singularidade de cada criança, de modo que professores possam superar a díade “normal x anormal” e passar a conhecer verdadeiramente a criança considerada anormal.

Falco (2022), em suas considerações finais, destaca que o respeito e a valorização das particularidades de cada criança estão relacionados à escuta, pois esta antecede o planejamento, por este motivo antes mesmo de problematizar a participação das crianças com deficiência, é necessário “ampliar a qualidade da “escuta” recíproca, em suas múltiplas linguagens” (Falco, 2022, p. 246).

Dando continuidade, na 2ª categoria intitulada: as narrativas produzidas na documentação pedagógica e seus efeitos em processos de inclusão, encontramos nas pesquisas subsequentes relevantes problematizações.

As autoras Marques, Simão e Zwierewicz (2022) ao investigarem quais verdades são produzidas sobre as crianças com deficiência na documentação pedagógica na Educação Infantil, problematizando os efeitos dessa documentação na produção do sujeito infantil a/normal, sinalizam que o processo de elaboração da documentação pedagógica nunca é neutro e inocente, considerando que, na perspectiva dos estudos foucaultianos, a produção de conhecimento está relacionada. Afinal, na lógica moderna, para garantir a produtividade dos sujeitos e prevenir riscos à sociedade, é preciso governar as crianças, inclusive as tidas como anormais.

Ao problematizar os marcadores de desenvolvimento infantil, como os indicados pela Psicologia do Desenvolvimento, e propor o uso da Sociologia da Infância e dos estudos Pós-modernos como lentes de observação das crianças com deficiência, Marques, Simão e Zwierewicz (2022) defendem que a escola deva construir seu discurso pedagógico sobre inclusão, distanciando-se de discursos médicos e da psicologia. Porém as autoras mostraram

que os registros das experiências vividas pelas crianças com deficiência são, de certo modo, negligenciados. Na observação dos registros fotográficos, a referida pesquisa traz:

a maioria das fotos consistia em imagens nas quais as crianças estavam “posando” para fotos e além de darem pouca evidência às aprendizagens que estavam sendo construídas coletiva ou individualmente, pouco contribuem para refletir e revigorar as práticas (Marques; Simão; Zwierewicz, 2022, p. 19).

Neste contexto, a análise da descrição destas crianças apontou que o foco das profissionais deu - se nos aspectos comportamentais e nas características físicas da criança, em detrimento de suas capacidades e aprendizagens. Outro aspecto relevante trazido por esta pesquisa foi na análise dos discursos das professoras em relação às alegrias vivenciadas na relação cotidiana com estas crianças. Nesse sentido, as participantes elencaram:

“carinho”, “atenção”, “convivência”, etc., em detrimento das aprendizagens construídas pelas crianças na relação com seus pares na escola, dando mostras do quanto o viés assistencialista ainda atravessa a educação inclusiva e a educação infantil, de modo que elas são descritas na perspectiva daquilo que lhes falta e daquilo que ainda não são em relação ao adulto e em relação às crianças tidas como normais (Marques; Simão; Zwierewicz, 2022, p. 18).

Corroborando, a pesquisa de Uecker (2019) que operou com as noções-ferramentas de norma e gradiente de normalidade dos estudos foucaultianos, teve como problemática a seguinte pergunta: como os pareceres pedagógicos, produzidos por professores da Educação Infantil, acionam alguns saberes, legitimados por eles, para produzir determinado tipo de infância e criança? Nesse sentido, seus atos de fala e de escrita, materializados em pareceres pedagógicos, (re)produzem práticas discursivas e não discursivas que têm produzido um modo de dizer e, por isso, de ser da infância e da criança no contexto da instituição de Educação Infantil. Em suas categorias analíticas Uecker (2019) problematizou essa produção da infância e da criança dentro de instituição de Educação Infantil, que a partir das relações sociais e culturais, por vezes, naturalizadas, acabam por simplesmente reproduzir o passado na infância em nosso tempo.

Abramowicz (2016) em seu artigo realiza a discussão sobre a inclusão das crianças pequenas no sistema de ensino e observa que os processos educativos têm operado uma forma de captura e escolarização precoce das crianças, marcada por dispositivos de disciplinarização, normalização e padronização dos corpos, gestos e palavras. Esse movimento produz um “tipo”

específico de aprendiz, contribuindo para a negação da alteridade e para o apagamento das diferenças que as crianças anunciam em suas formas próprias de estar no mundo.

As pesquisas analisadas evidenciam que, embora a documentação pedagógica seja frequentemente apresentada como prática reflexiva, ela também se inscreve em racionalidades governamentais que delimitam fronteiras entre normalidade e desvio. A partir de Foucault (1979), compreende-se que todo regime de visibilidade é simultaneamente um regime de poder; logo, documentar é sempre governar — e governar é produzir modos específicos de ver e narrar as crianças.

Assim, os registros e relatórios que compõem a documentação pedagógica não são neutros: constituem-se como dispositivos discursivos que produzem sujeitos e delimitam fronteiras entre o que é reconhecido como normal, desejável ou desviante. Nesse sentido, autores como Amaral (2021) e Maekawa (2023) evidenciam como as políticas de inclusão e avaliação têm reconfigurado o modo de documentar, aproximando-o de práticas de monitoramento e de prestação de contas.

Quando atravessadas pelas políticas de inclusão, as práticas de documentação revelam ambiguidades profundas. A linguagem empregada nesses relatos tende a reforçar uma visão deficitária e individualizante, em que o foco recai sobre o que falta à criança, e não sobre as barreiras impostas pelo contexto. Essa constatação aproxima-se das análises de Maekawa (2023) e Amaral (2021), que identificam a persistência de uma pedagogia da correção, herdeira de racionalidades normalizadoras que atravessam o discurso da inclusão. O gesto de documentar, portanto, nunca é neutro: ele produz efeitos sobre o modo como as crianças são compreendidas, narradas e governadas no cotidiano das instituições educativas.

É nesse ponto que a documentação pedagógica se mostra como um campo de disputa entre ética e poder. Se, por um lado, é instrumento de escuta e reflexão, por outro, é também dispositivo de controle e visibilização seletiva das infâncias.

Enfim, ao discutirmos estas duas primeiras categorias, evidenciou-se o “lugar” relevante que a documentação pedagógica ocupa nos espaços de Educação Infantil, assim como, as suas instabilidades e os seus deslocamentos conceituais perante as narrativas produzidas. Destacamos também, os tensionamentos trazidos por algumas produções a partir da notória contradição entre a concepção de criança que sustenta teoricamente esta abordagem, com a

imagem de criança que seus documentos vêm produzindo, principalmente, quando direcionam a sua atenção aos processos vividos pelas crianças com deficiência nos espaços de Educação Infantil.

Os estudos reunidos neste levantamento sistemático nos dizem sobre um campo em expansão, mas também em disputa. A documentação pedagógica, que se consolidou como uma prática valorizada nas políticas e formações docentes, aparece nas produções analisadas ora como abordagem emancipatória, ora como instrumento técnico burocrático de controle e mensuração. Entre essas duas vertentes, abrem-se fendas que expõem as tensões constitutivas da Educação Infantil brasileira — tensões entre escuta e evidência, narrativa e avaliação, singularidade e padronização.

De um lado, parte das produções interpreta a documentação pedagógica como prática ética e reflexiva, alinhada a uma concepção de criança como sujeito de direitos, capaz de pensar, criar e atribuir sentidos ao mundo. Nessa direção, pesquisas como as de Simiano e Vasques (2017), Falco (2020; 2023), Guimarães, Simiano e Charczuk (2021) e Reis e Maltez (2019) defendem que documentar é narrar o cotidiano como experiência compartilhada entre professoras e crianças, produzindo conhecimento sobre o processo educativo e favorecendo a construção de uma pedagogia da escuta. Esses trabalhos reconhecem a documentação como um gesto de autoria docente, de encontro com o outro, que amplia o olhar sobre as infâncias, e dá visibilidade às múltiplas linguagens das crianças.

Entre essas forças, a Educação Infantil se move — ora aproximando-se de uma pedagogia burocrática, ora de uma pedagogia sensível à pluralidade das infâncias. É nesse entre-lugar que se constroem os rastros, as fendas e os silêncios que este artigo busca evidenciar: rastros de um campo que ainda luta para sustentar a dimensão política e ética do ato de documentar, e silêncios de um discurso inclusivo que, muitas vezes, continua a excluir.

Na articulação e adensamento deste processo analítico traremos as discussões que envolvem a 3ª categoria intitulada: a invisibilidade da interseccionalidade nas pesquisas do campo. O quase desaparecimento de pesquisas que mobilizam a interseccionalidade na Educação Infantil não se apresenta como um dado casual, mas como vestígio de um desvio estrutural — um não-lugar teórico e político ainda pouco reconhecido.

Portanto, percebemos nas produções a seguir que foi possível reconhecer em seus rastros

e brechas, importantes contribuições. Na pesquisa da autora Irineu (2022), cujo objetivo foi investigar a presença da interseccionalidade, seja como conceito ou como ferramenta analítica, nas produções acadêmicas brasileiras da área de Educação Infantil (1999-2020), suas análises indicam que a presença do conceito de interseccionalidade é recente na área da Educação Infantil, somente após os anos 2010, e que o seu uso apresenta um aumento progressivo.

À vista disso, Irineu (2022) evidencia que há uma lacuna de pesquisas sobre interseccionalidade e infância na Educação Infantil que foquem nas categorias de idade, geração e deficiência. A referida pesquisa aponta para a relevância do uso da interseccionalidade, pois:

No contexto da Educação Infantil ao conjunto de diferenças do ponto de vista do pertencimento racial, de gênero, étnicas, de deficiência ou de classe, as diferenças de idade e de geração também podem ser marcadores que se transformam em desigualdade ou exclusão (Irineu, 2022, p. 31).

Nesta mesma direção, Silva e Oliveira Silva (2022) apresentaram em seu artigo, por meio de revisão bibliográfica no período de 2000 a 2020, uma análise da produção acadêmica acerca da intersecção entre Educação Infantil, crianças pequenas com deficiências e políticas educacionais. Nesta análise, os autores constataram um número reduzido de trabalhos que se debruçaram sobre essa intersecção, estando a produção praticamente localizada no campo da educação especial.

Em decorrência deste processo analítico, Silva e Oliveira Silva (2022) afirmam que as crianças pequenas com deficiência ocupam o que denominam como um não-lugar na produção acadêmica, pois as discussões levantadas mostram-se isoladas aos debates mais ampliados sobre o direito à educação.

Silva (2018), em sua dissertação, procurou verificar o lugar ocupado pelos bebês e crianças pequenas com deficiência nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira. Para realizar esta análise, Silva (2018) se debruçou em documentos oficiais como leis, decretos, portarias, normativas, diretrizes e convenções, como também, de dados estatísticos produzidos pelo governo federal por meio do Censo Demográfico Populacional de 2010 e suas projeções e das Sinopses Estatísticas dos Censos Escolares de 1996 a 2016. Diante deste processo analítico, Silva (2018) afirma que os bebês e as crianças pequenas com deficiência têm sido historicamente relegados à invisibilidade, tanto pelo poder público quanto

pela sociedade. Segundo o autor, essas crianças foram conduzidas, ao longo do tempo, a ocupar um *não-lugar*, marcado pela negação de direitos sociais e de cidadania. Portanto, a pesquisa, que também analisou as produções acadêmicas, concluiu que:

o não lugar da criança com deficiência não está no monopólio do Estado, ou nas concepções teóricas e sociais que se constituíram ao longo da história, essa invisibilidade está difusa nos mais diferentes espaços sociais, entre eles a pesquisa e a produção acadêmica (Silva, 2018, p. 201).

Na dissertação de Santos (2022), que objetivou identificar, junto aos docentes, por meio de questionário e entrevista, quais são as principais dificuldades e/ou facilidades para os docentes da Educação Infantil realizarem um planejamento que contemple a experiência da deficiência e as demais características das crianças de cada grupo, a pesquisadora traz a relevância da perspectiva interseccional, a partir destes questionamentos e reflexões:

Quando chega a criança com deficiência na instituição, o que se leva em consideração para conhecê-la? O que se permite que ela demonstre e que é considerado no planejamento docente? Olha-se para ela e considera-se apenas as suas questões corporais e funcionais? Deve-se considerar a criança em sua totalidade, com deficiência, se ela é branca, negra ou indígena, sua etnia e raça, se é uma criança com vulnerabilidade social ou não. Deve-se evitar considerar apenas uma característica e focar somente nela, porque se agir assim, tende-se a um olhar fragmentado e não se respeitará as suas singularidades (Santos, 2022, p. 42).

No delinear de sua pesquisa, a autora busca identificar as fragilidades encontradas pelo professor no seu planejamento, na implementação de práticas de educação inclusiva de forma interseccional. Santos (2022) aponta que o professor, sozinho, não consegue elaborar um planejamento pedagógico capaz de contemplar todas as experiências de opressão interseccionais vividas pelas crianças. Para que isso seja possível, a autora aponta que é necessário contar com práticas de ensino colaborativo e docência compartilhada, além da implementação de políticas públicas que garantam uma equipe multidisciplinar de saúde escolar.

As produções que tangenciam a interseccionalidade — como Irineu (2022), Silva (2018) e Santos (2022) — nos dizem sobre caminhos promissores para o campo, mas ainda incipientes. Esse “não encontro” entre os diferentes marcadores sociais da diferença evidencia um não-lugar teórico e político das crianças com deficiência, especialmente aquelas pertencentes a grupos racializados e empobrecidos.

Apoiando-nos em Foucault (2008a; 2008b), poderíamos dizer que o silêncio sobre a interseccionalidade é também uma tecnologia de poder, uma forma de governar o que pode ser dito sobre a infância. O não-dito não é ausência de discurso, mas efeito de um regime de visibilidade que decide o que merece ser documentado e o que pode permanecer invisível. A pesquisa educacional, ao não interrogar esses limites, corre o risco de reproduzir os mesmos mecanismos de exclusão que diz combater.

Na contramão desse silenciamento, propomos compreender a documentação pedagógica como prática capaz de tensionar os regimes de verdade que definem quem pode ser incluído, nomeado ou lembrado. Inspiradas nas reflexões de Foucault (2008a; 2008b), compreendemos que os discursos que circulam sobre a infância e a inclusão não são neutros, mas produzem realidades e subjetividades. Portanto, documentar é sempre um ato político — um gesto que pode tanto reiterar as normas quanto abri-las a outros modos de existir.

Encaminhamentos Provisórios: achados e desdobramentos

Os percursos trilhados ao longo deste artigo evidenciam que a documentação pedagógica ocupa um lugar relevante nas disputas contemporâneas sobre o sentido da Educação Infantil. A análise sistemática das produções acadêmicas permitiu vislumbrar um campo em movimento, que ora se aproxima de perspectivas críticas e democráticas, ora se deixa capturar por racionalidades instrumentais e esvaziadas. Entre esses polos, o que se desenha é um terreno tenso, em que práticas de observação, registro, avaliação e se tornam também dispositivos de poder e de subjetivação.

Ao mapear as pesquisas produzidas entre 2014 e 2024, foi possível perceber que, embora haja um número crescente de estudos sobre a documentação pedagógica e a inclusão, a interseccionalidade permanece como um horizonte pouco explorado. As relações entre deficiência, raça, gênero e classe social ainda não têm lugar consolidado nas investigações sobre as infâncias, o que diz sobre o predomínio de uma percepção que homogeneíza as experiências infantis. Essa constatação indica não apenas uma ausência teórica, mas uma ausência política, que impacta diretamente o modo como as crianças são vistas, narradas e reconhecidas nos espaços educativos. Este silêncio é eloquente. Mais do que sinalizar ausência, ele denuncia a permanência de uma epistemologia hegemônica que insiste em tratar gênero, raça, classe e

deficiência como marcadores isolados ou secundários, reafirmando a universalização de uma infância abstrata.

Em nome da transparência e da “qualidade”, proliferam formulários, plataformas digitais e relatórios avaliativos que reduzem a potência narrativa do registro a uma forma de prestação de contas, deslocando a sua dimensão ética e estética — aquela que se vincula à escuta, à alteridade e à construção compartilhada de sentidos sobre a experiência. Essa captura não é casual. Afinal, nas políticas contemporâneas de educação, especialmente sob o avanço das lógicas neoliberais o valor do trabalho docente é medido por indicadores de produtividade, eficiência e evidência. O que se documenta é o que se pode medir. Assim, o ato de observar e escrever — que deveria ser gesto de cuidado, de pensamento, de reflexão e de criação — é convertido em prática burocrática e instrumental.

Frente a esse cenário, torna-se urgente construir outras epistemologias da documentação, capazes de sustentar práticas que vejam e escutem as múltiplas infâncias em suas diferenças e singularidades. Isso implica reconhecer que a documentação não é apenas registro do que se vê, mas também escolha ética sobre o que se deseja ver. Incorporar a interseccionalidade às práticas pedagógicas e investigativas é, portanto, um ato político de resistência: um gesto de tornar visível o que historicamente tem sido silenciado.

Em tempos de recrudescimento de políticas neoliberais e de avanço da privatização da educação — cenário que o próprio dossiê da revista tematiza —, defender a documentação como prática de resistência significa disputar o sentido do que se entende por qualidade educativa. Significa afirmar que o registro não é prova, mas poética; e que o ato de documentar pode ser também um ato político de insubmissão à norma. Assim, entre governo e resistência, a documentação pedagógica se apresenta como território de disputa. É nesse entre-lugar — feito de escrita, escuta e política — que se delineiam as possibilidades de uma Educação Infantil capaz de afirmar as múltiplas infâncias que resistem e se reinventam nas margens dos discursos dominantes.

A documentação, nesse contexto, pode se tornar ferramenta de reexistência, um modo de dar visibilidade às múltiplas linguagens das crianças e às suas experiências de mundo, sem traduzi-las às categorias do normal ou do adequado. Documentar torna-se, então, uma forma de “desver”, de desobedecer às lógicas que reduzem o humano ao mensurável e o educativo ao previsível.

A potência da documentação pedagógica está, justamente, naquilo que escapa: nas narrativas que não cabem no formulário, nas imagens que perturbam a norma, nas palavras que inventam mundos. Quando as professoras escrevem e documentam com as crianças, e não apenas sobre elas, produzem deslocamentos na hierarquia do saber. Afinal, registrar é interrogar o olhar, o tempo, o acontecimento, o próprio ato de narrar. Escrever sobre as infâncias é sempre um gesto político, porque define o que pode ser lembrado e o que será esquecido.

Assim, as reflexões apresentadas aqui apontam para a necessidade de uma formação docente sensível às relações de poder que atravessam o cotidiano escolar, capaz de compreender a documentação como espaço de leitura e escrita do mundo. Uma formação que se permita ser afetada pelas crianças, por suas perguntas, gestos e silêncios — e que reconheça, nesses encontros, as brechas por onde é possível reinventar a educação.

Por fim, em tempos em que os discursos oficiais insistem em capturar o sentido da educação para torná-la mais útil, mensurável e rentável, cabe às professoras e pesquisadoras com as crianças reinventar, nas margens, os modos de existir e narrar. Documentar é resistir. É lembrar que, entre as linhas do cotidiano, ainda pulsa a possibilidade de uma educação que ao narrar as infâncias, também narre a si mesma em movimento. Ao problematizar esses rastros e silêncios, o artigo pretende evidenciar como as ausências também produzem sentidos: aquilo que não aparece nas pesquisas diz tanto quanto o que é enunciado. Propõe-se olhar para o campo da Educação Infantil a partir de seus vestígios, fendas e silêncios, como quem busca, nas margens e nos interstícios, novas possibilidades de ver, narrar e documentar as infâncias.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. O direito das crianças à educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 13–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643858>. Acesso em: 5 jul. 2025.

ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. **O plural da infância: aportes da sociologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

AMARAL, Bruna Carla de Carvalho. **Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 10 nov. 2025

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality** Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução de Bruna Barros. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, p. 139-167, 1989.

FALCO, Mariane. **Por uma educação infantil mais inclusiva: a documentação pedagógica como abordagem para a educação de todas as crianças**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, 2020.

FALCO, Mariane. O registro e a perspectiva inclusiva: olhares e concepções na educação infantil. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 25, n. 48, p. 927-952, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroa6/article/view/94225> Acesso em: 1 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2008b.

GUIMARÃES, Onileda de Souza Matta; SIMIANO, Luciane Pandini; CHARCZUK, Simone Bicca. A documentação pedagógica em uma experiência formativa na educação infantil: marcas de um percurso de encontro com o outro. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, p. 169–186, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223752/001127336.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 10 jan. 2026.

IRINEU, Ana Caroline. **Infância(s), crianças e interseccionalidade: análise da produção acadêmica brasileira na área de educação infantil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2022.

KOHAN, Walter Omar. **Infância entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAEKAWA, Elisangela Mitiko Higa Kubota. *Educação Especial, Educação Infantil, perspectivas da inclusão: reflexões e possibilidades*. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 59–104.

MARQUES, Circe Mara; SIMÃO, Vera Lúcia.; ZWIEREWICZ, Marlene. A documentação pedagógica como ferramenta para dar visibilidade à criança que existe no sujeito-infantil tido como anormal na educação infantil. **Educação**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e28/ 1–27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/48232>. Acesso em: 9 jan. 2026.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, [S. l.], v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 01 nov. 2025.

REIS, Darianny Araújo dos; MALTEZ, Lucas Lima. Documentação pedagógica: possíveis caminhos e desafios à democratização das práticas avaliativas e docentes na educação infantil. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 25, n. 48, p. 616–635, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroa6/article/view/94446>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SANTOS, Vanda Ivanir dos. **Os desafios da mediação pedagógica na educação infantil em uma perspectiva de educação inclusiva interseccional**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da

infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiência: elementos para uma análise do (não) direito à educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, 2018.

SILVA, Shirley; SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. Infância e deficiência: notas sobre um não-lugar na produção acadêmica. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 551-572, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/83644>. Acesso em: 15 out. 2025.

SIMIANO, Luciane Pandini; VASQUES, Carla Karnoppi. Entre palavras e vida: uma leitura sobre documentação pedagógica e narrativa no contexto da educação infantil inclusiva. *Reflexão e Ação*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 281–298, 2015. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/5842>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SIMIANO, Luciane Pandini; VASQUES, Carla Karnoppi. Palavras em torno do vazio: a documentação pedagógica como percurso narrativo no contexto da educação infantil inclusiva. In: *Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 107–117. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/173196>. Acesso em: 10 jan. 2026.

UECKER, Taciana. **A produção da infância e da criança: um cirandar pelos pareceres pedagógicos na Educação Infantil**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019, 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Santa Maria, 2019.

Submissão em 15/11/2025

Aceito em: 05/03/2026

Citações e referências
conforme normas da:

